

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

MARIA BENEDITA MONTILHA

**PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MATINHOS:
UMA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**MATINHOS
2013**

MARIA BENEDITA MONTILHA

**PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MATINHOS:
UMA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Drª Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS
2013



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora HELENA MIDORI KASHIWAGI, realizaram em 24/02/2014 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante MARIA BENEDITA MONTILHA, sob o título "PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MATINHOS: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL", para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito " AS ".

Matinhos, 24 de fevereiro de 2014.


Prof.ª Dra. Helena Midori Kashiwagi


Prof. MSc. Ricardo Rodrigues Monteiro


Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin


MARIA BENEDITA MONTILHA
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Forcemente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

Caso (seu) estudante seja reprovado(a) e reformular seu trabalho, deve-se inscrever na versão da seguinte matrícula para o acesso final ao TCC.



PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MATINHOS: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL

Maria Benedita Montilha¹

RESUMO:

Neste artigo apresento a discussão sobre o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor do Município de Matinhos. O Processo de urbanização, com décadas de exclusão. A terra e sua função social. Bairros com toda infra estrutura, e outros periféricos com ocupação irregular, com riscos ambientais. Gerando as múltiplas expressões da "Questão Social"

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto das Cidades. Plano Diretor. Questão Social.

ABSTRACT:

This article presents a discussion about the Statute of the Cities, the Director Plan of the City of Matinhos. The urbanization process, with decades of exclusion. The land and its social function. Neighborhoods with complete infrastructure and others in the suburbs with irregular occupation and with possible environmental hazards. Generating the multiple expressions of the "Social Matter".

KEYWORDS: Statute of the Cities. Director Plan. Social Matter.

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Espírita (2011). Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Universidade Federal do Paraná. E-mail: mariamontilha@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A proposição deste artigo é fomentar o processo de urbanização, e a exclusão social, o acesso a terra e sua função social, que em muitos casos não é respeitado.

Esta pesquisa surgiu das indagações feitas durante as aulas na Pós Graduação e Especialização em Questão Social Pela Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR- Setor Litoral.

A realidade em que vive os moradores do Município de Matinhos, e as contradições quando se refere a moradia. As especulações imobiliárias e os altos preços cobrados por moradias em bairros “Normais” com toda infra estrutura, e ao lado ocupações irregulares, sem infra-estrutura, colocando em risco a vida das pessoas, que sem outras opções submetem-se a morar em locais em situação irregulares sujeitos a todos os tipos de mazelas, gerando as múltiplas expressões da “questão Social”.

Complexidades quando se refere ao Estatuto das Cidades e sua efetivação, o direito a cidade e a moradia legal, o balneário dos turistas, e a cidade de seus moradores que convivem no dia a dia com as dificuldades que surgem por falta de efetivação das políticas publicas, as garantias da Carta Magna em seus artigos 182/183, a descentralização do (EC), e a criação do Plano Diretor do Litoral, o que levou a sua não sua aprovação e a participação popular neste processo ainda em andamento.

Para compreender o que diz as legislações e a realidade vivida por seus moradores, pesquisei o Plano Diretor do Município de Matinhos criado em 2006, suas diretrizes e contradições. As praias dos cartões postais e a realidade que não é registrada, mas que tem implicações em vários seguimentos.

Observei que as irregularidades tiveram inicio ja década de 1930 os estudos mostram que já naquela época a preocupação era com os turistas e não com os moradores locais, que a alguns anos famílias vêm em busca de melhores condições de vida na temporada e que permanecem no município sem condições que atendam suas necessidades básicas entre elas a da moradia.

O Estatuto das Cidades e o Plano Diretor funcionam bem no papel, e que deixa claro em um dos seus artigos as necessidades básicas da população quanto a moradia, e a competência do município de promover as políticas públicas, deste setor a ordenação da ocupação do solo e a garantia da função social da propriedade e da terra.

Para compreender este artigo distribuí em três capítulos: O Estatuto das Cidades, O Plano Diretor, o início da colonização do Município de Matinhos, e a “Questão Social” e suas múltiplas expressões geradas por esta ocupação desordenada.

CONTEXTUALIZANDO O ESTATUTO DAS CIDADES

O Processo de urbanização de cidades Latino-Americanas é um desafio a ser superado, com décadas de exclusão social. O acesso a terra e a igualdade social precisam ser colocados no topo das Agendas Políticas. As diferenças sociais criada por uma desigualdade na sociedade, que no Brasil não são diferentes.

A fim de transformar esta realidade urbana que na Constituição Federal de 1988, foi a criada a Lei nº 10.252 de 2001, mais conhecida como o Estatuto das Cidades (EC), um desafio para reverter anos de segregação socioespacial.

Na maioria das cidades é “normal” bairros com toda infra estrutura, e bem ao lado bairros periféricos muitas das vezes com ocupação irregular, com total precariedade, ausência de uma infra estrutura, irregularidades fundiárias, em consequência com riscos ambientais, como inundações, desmoronamento de encostas, riscos de desabamentos das construções irregulares, colocando em risco a vida de famílias e comunidades e em vulnerabilidade social.

No Brasil parte das cidades tiveram a atenção para um planejamento adequado, e poucos bairros foram beneficiados pelos serviços públicos.

E, 2003 o governo brasileiro querendo fazer uma mudança neste quadro de desigualdades cria o Ministério das Cidades com o intuito de apoiar os Estados e Municípios para consolidar em um novo modelo de desenvolvimento urbano, tendo como priori a habitação e o saneamento básico urbano por meio da Secretaria

Nacional de Programas Urbanos, com a tarefa principal de implantação do Estatuto das Cidades.

Promover o Brasil para que se tornasse o primeiro país neste seguimento tão importante que contribui para a melhoria das cidades e a qualidade de vida das pessoas. Formando alianças entre as cidades para tentar superar estas desigualdades que prejudicaram nossa população como um todo gerando mazelas sociais.

Para Maricato o Estatuto das Cidades é como peça Jurídico único renovador para promover a reforma urbana no País. Sendo esta Lei uma conquista social dos movimentos populares, ONGs e outras entidades de classes.

Quais as garantias que este Estatuto traz para uma melhor qualidade de vida desta população muitas vezes marginalizada, sem uma referencia local, para exercício de sua cidadania, com deveres e direitos.

O Estatuto da Cidade (EC), lei federal brasileira nº 10.257, aprovada em 2001, tem méritos que justificam seu prestígio em boa parte dos países do mundo. As virtudes do EC não se esgotam na qualidade técnica ou jurídica de seu texto. A lei é uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas) pode persistir muitos anos na defesa de uma idéia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso (Maricato, 2010, p.05).

O Estatuto das Cidades e a complexidades e as contradições que estão presentes em sua publicação e sua formulação como um todo. De fundamental importância o texto ainda não é suficiente para resolver uma desigualdade que é histórica no Brasil. Condôminos de luxo com toda infra estruturas construídos ao lado de ocupações irregulares, apartamentos com piscinas individuais bem perto de moradias que estão sujeitas a todos os tipos de interpeles.



FIGURA 1 – CONTRADIÇÕES DE CLASSES SOCIAIS
FONTE: ALMEIDA, R. (2010).

O Direito a cidade e a moradia legal, em nosso país grande parte de nossa população mora informalmente sem qualquer plano urbanístico, com amontoados de pessoas sem o menor plano de urbanização para os espaços coletivos.



FIGURA 2 – O CAOS URBANO
FONTE: ALMEIDA, R. (2010).

Quando se refere ao direito a cidade e a moradia legal com parte da população morando informalmente sem infra-estrutura, não assegurando um direito que é de todo cidadão, conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 182 e 183 prevê que a função social da propriedade que deverá constar no planejamento e

na gestão participativa das políticas urbanas. Conforme consta na Constituição de 1988 que trata da ordem econômica financeira e das Políticas Urbanas:

VII - Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo II Da Política Urbana Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro (Constituição Federal, 1988).

O acesso a terra seja urbana ou rural é um tema de grande relevância para a humanidade, sendo seu acesso, aos pobres que se utilizam mais crucial, pois sem infra estrutura necessária esta é uma “Questão” chave para o Estatuto das Cidades sendo que o Estatuto trata da criação de cidades mais justas e ambientalmente equilibradas, e os conflitos que sua aplicação enfrenta no Brasil, sendo um problema estrutural e histórico.

Assumindo um enfoque holístico das cidades o Estatuto das Cidades não trata apenas das terras urbanas,, com diretrizes em especial as propriedades fundiárias e imobiliárias regularização da propriedade informal, com a participação social, nos planos orçamentos e gestão urbana, o EC torna fácil o reconhecimento da questão urbana e a função social da terra como um direito absoluto, mas ainda existem juízes que a ignoram, por levar em maior relevância a propriedade privada e não como sendo de uso comum a quem dela necessitar. Sendo excludente e extremamente conservador, pois considera a propriedade patrimônio particular.

A Constituição Federal de 1988 promulgada em plena ascensão das forças sociais que lutavam pela democratização do país, assegurando o poder municipal em definir o uso e a ocupação da terra urbana, sendo que o (EC) orienta esta autonomia descentralizadora.

O fortalecimento da autonomia do poder local saindo da centralização autoritária da política urbana nos anos de 1964/1985, sendo durante e pos ditadura militar, sendo que grande parte dos conflitos fundiários foi remetida para a esfera municipal.

Compreendendo de como o Estatuto das Cidades foi criado e sua importância e a descentralização para os Estados e Municípios pesquiso um tema que não é novo e que não traz muitas novidades, em foco o Município de Matinhos no Estado do Paraná, tendo sua autonomia garantida por lei, sua definição de modelo de gestão, as questões ambientais, o uso de seu território e a socialização da terra, a participação popular e forças locais em prol da população menos favorecida que dependem de moradia digna para uma melhor qualidade de vida, e a utilização da terra como bem comum.

MUNICÍPIO DE MATINHOS UM BREVE RECORTE HISTÓRICO

Município de Matinhos localizado no litoral do estado do Paraná, região sul, tendo sua ocupação no início da década de 1920 (Bigarella,1999).

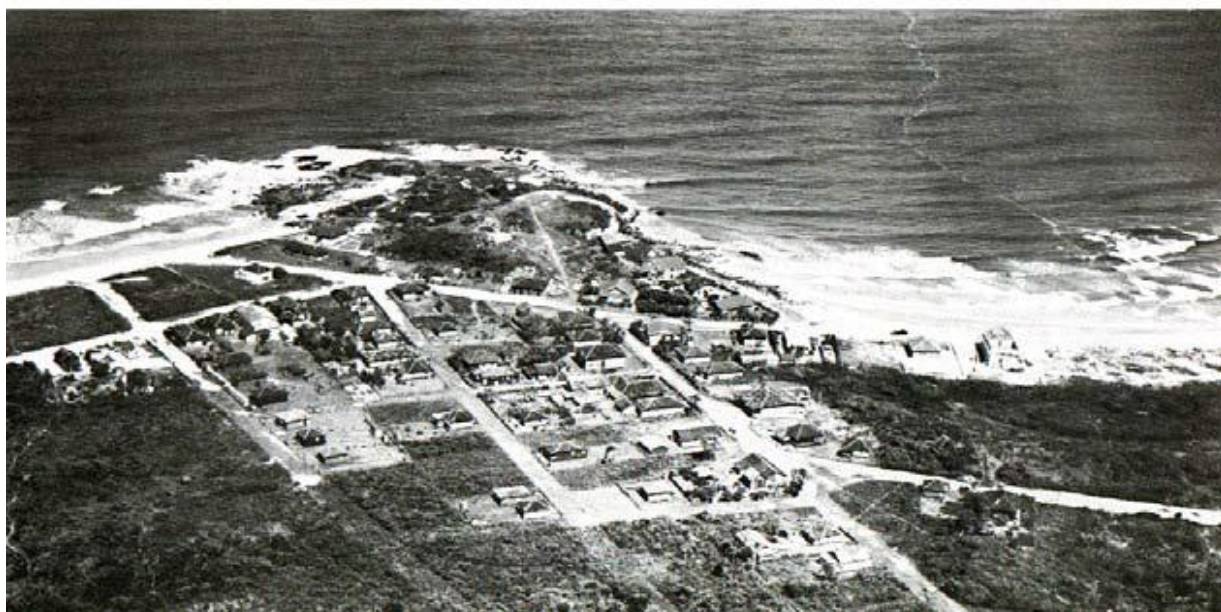


FIGURA 3 – POVOAMENTO DE MATINHOS EM 1937
FONTE: BIGARELLA (1999).

Município de Matinhos localizado no litoral do estado do Paraná, região sul, tendo sua ocupação no início da década de 1920 (Bigarella,1999).



FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS
 FONTE: COLIT (2005).

A procura pelos balneários e o contato com a água do mar para uma melhor qualidade de vida, que moradores de Curitiba vindos do primeiro Planalto a Capital do Estado do Paraná. Paranaguá, Antonina e Guaíra eram constituídas portos coloniais, sendo Paranaguá e Antonina as mais importantes da região litorânea para escoamento da produção.

O acesso ao balneário e suas praias teve início em 1926 com a construção da estrada do mar (atual PR- 407) que faz ligação de Paranaguá a Praia de Leste .A

pouco mais de 3 km ao norte da Baía de Guaratuba inicia-se o loteamento, junto a um portal rochoso conhecido como matinho, a ser em um segundo momento com Balneário de Matinhos (Bigarela 1999).

Com qualidades paisagistas e seus sítios os balneários de Matinhos e Caiobá, a proximidade da serra da prata, sendo este o único trecho da costa paraense com nascentes de água doce que atendiam as necessidades de água potável, que em 1936 contavam com 68 casas e Caiobá com menos de 20 residências no período de 1937.



FIGURA 5 – VISTA AÉREA DA PRAIA MANSA
FONTE: BIGARELA (1999)



FIGURA 6 – CASA DE PESCADOR
FONTE: BIGARELA (1999)



FIGURA 7 – PAISAGEM DE MATINHOS ANTES DA EXPLOSÃO IMOBILIÁRIA
FONTE: BIGARELA (1999).

Já nesta época desde sua colonização a prioridade não eram seus habitantes locais e sim atender os turistas segundo Bigarela. A aceleração da ocupação se dá a partir de 1950 com o pós guerra e a melhoria da economia, a população estadual aumenta conforme dados do IBGE. E a aceleração da ocupação do balneário de Matinhos, nos anos 1950.

A partir de 1950 o Paraná passa por uma inflexão econômica e demográfica que, associada ao natural otimismo do pós-guerra, gerará um novo impulso à ocupação balneária. A população estadual, que em 1940 era de 1,2 milhão, evolui para 2,1 milhões em 1950 e para 4,2 milhões em 1960 (Censos demográficos do Estado do Paraná *apud* FORTE GANDOLFI ARQUITETOS ASSOCIADOS, 1966).

Com a economia em franco desenvolvimento os loteamentos são feitos pela iniciativa privada sem qualquer infra estrutura técnica. Para Bigarela a ocupação de Matinhos tem seu início com irregularidades ao longo do tempo com relação a infra estrutura. Em 1970 problemas são causados por esta ocupação desordenada da orla marinha, e por mais de três décadas, a erosão costeira a orla de Matinhos provocada por construções irregulares, o poder econômico e a especulação imobiliária fala mais alto, os limites para construção a beira mar não são respeitados.



FIGURA 8 – VISTA AÉREA DA PRAIA DE CAIOBÁ
FONTE: BIGARELA (1999).

Na década de 80 a interferência do estado que vendo a dimensão dos problemas causados por falta de uma infra-estrutura, faz um estudo padrão e com normas técnicas para ocupação do litoral paranaense.

Dados Mostram que a ocupação irregular do município de Matinhos é histórico.

A regularização fundiária e o Plano Diretor que visa á melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades sejam de grande porte ou em municípios menores, sendo que a maior parte dos seus moradores não acessam seus direitos quando se referem as cidades e sua cidadania, ocupando áreas periféricas distantes e ambientalmente frágeis.

Os mais pobres ocupam áreas com impedimentos legais que dificultam a urbanização e o acesso aos serviços básicos, como água tratada, energia elétrica e outros serviços essenciais como escolas, creches e posto de saúde.

A ação do poder público concentrando os investimentos em áreas centrais que aumenta o valor dos imóveis, onde a maioria das pessoas não tem como adquirir

pelos altos custos, resultando em periferização irregular em áreas não urbanizadas que colocam em risco a vida das pessoas sem respeito a sua dignidade e qualidade de vida, um desrespeito ao Estatuto das Cidades e suas normatizações.

A falta de planejamento urbano, e a utilização adequada do Plano Diretor, e melhor aplicação das políticas públicas, gerando especulação das classes menos favorecidas que precisam de moradia e submetem-se a este mercado ilegal da utilização do solo urbano excludente e predatória. Conforme citam alguns autores.

Cada loteamento será, sempre, o produto de uma iniciativa privada, de empresa ou família, que vislumbra a oportunidade do empreendimento, e muitos deles serão colocados à venda sem a presença de qualquer infra-estrutura técnica, constituindo-se apenas por um arruamento aberto na restinga (FORTE GANDOLFI ARQUITETOS ASSOCIADOS, 1966; IPARDES, 1980; MOURA; WERNECK, 2000).

O uso social da terra não é visto nem levado em consideração, sem um retorno à coletividade, as irregularidades e seus efeitos, gerando problemas da Questão Social, em suas múltiplas expressões.

Como em outros municípios costeiros, habitada pelos moradores permanentes, boa parte migrantes de outras regiões do estado, e do Brasil, que vêm em busca de melhorias de vida economicamente, que chegam para as temporadas para trabalhar em diversos seguimentos, como Hotelaria, comércio e prestação de bens e serviços, e acabam fixando residência no litoral município de Matinhos.

Com grande demanda e preços altos que muitas vezes estes novos moradores não conseguem adquirir pelos altos preços estipulados pelo mercado imobiliário, estas famílias acabam muitas vezes engordando um mercado imobiliário que cresce cada vez mais de lotes irregulares, que pessoas sem nem um interesse de preservação e de cuidado com estas famílias vendem lotes em áreas de várzeas, de rios, banhados e encostas de morros e mangues sem o devido cuidado de preservação ambiental, e sem a menor infra-estrutura, sem redes de esgoto sem água tratada coleta de lixo, colocando em risco a vida das pessoas que lá residem, e quando chega a alta temporada e o período das chuvas este processo se intensifica colocando em risco a vida das pessoas.

Gerando problemas sociais graves para o Município como um todo, prostituição, tráfico de drogas, trabalho informal, alcoolismo, violência doméstica exploração do trabalho infantil entre outros.

O artigo traz as contradições existentes no bairro Tabuleiro, ou que nome lhe denominam conforme o interesse, ocupação irregular em áreas de constantes riscos e vulnerabilidade social, uma “Questão Social” a ser analisada em suas múltiplas expressões .

O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MATINHOS

Aplicar o Estatuto da Cidades não é tarefa fácil quando seu plano central é a função social da terra. Combater os obstáculos ao direito a moradia, a exclusão para que todos tenham direito em todos os aspectos políticos e sociais. Com a descentralização os municípios tem autonomia para colocar o Plano em pratica.

O município foi criado em 1967, com belezas naturais e de interesse turístico, uma terra povoada há milhares de anos por povos pré-históricos e seus sítios arqueológicos e sambaquis, estudados durante as aula do Professor Bigarela.

O Plano Diretor da Cidade de Matinhos, criado em parceria com o Estado do Paraná em 2005, com termo de cooperação técnica cria o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado. O processo de articulação com a elaboração de propostas do Plano Diretor do Pontal do Paraná, para planejamento urbano e costeiro, criando o Conselho do Litoral para coordenar este processo.

Visando o Município de Matinhos com o Plano Diretor Participativo, elaborar um conjunto de ações que possibilitem o poder publico de gerenciar os espaços e territórios urbano e rural, com participação publica e popular e com outros segmentos da sociedade civil, com participação técnica no processo da cidadania para uma transformação no processo da cidadania.

A proposta inicial do Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos tem como finalidade principal a ocupação do solo visando a melhoria de qualidade de vida da população do município e promover a equidade a justiça social e qualidade ambiental destacando três artigos do seu plano Diretor, III e IV VII:

- III. Permitir o atendimento às necessidades da população quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao transporte e ao saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promover políticas de distribuição de renda;
- VI. Ordenar o Uso e a Ocupação do Solo, visando a garantia da função social da propriedade.
- VII. Monitorar as atividades humanas, controlar acidentes ambientais e preveni-los. (plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado/ pdpdi MATINHOS PARANÁ BRASIL 2006).

O Estatuto das Cidades é claro quanto se refere a participação popular nas decisões e que seja respeitada a função social da terra.

O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense CONLIT. Recebe do Município de Matinhos em 27/10/2006, um ofício de nº 661/06 protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) que encaminha o PDPDI (Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado), para análise do Conselho do Litoral, junto com a Secretaria de Desenvolvimento (SEDU) também em 2006.

Formulado por uma equipe técnica devidamente registrada que desenvolve um estudo de elaboração do Plano Diretor e a participação democrática e da sociedade, segundo relatos de reuniões realizadas, integrada a principio por vereadores e sociedade, com audiências publicas realizadas em 2005?2006, com propostas populares tendo 44 relatores e com a participação do NIMAD (Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná) e as esferas Estadual e Federal nas reuniões específicas.

O COLIT analisa as propostas e entrega ao prefeito de Matinhos que envia para discussão e aprovação, mas houve mudanças e alterações ao projeto original e partes confrontando direto com a Lei de ocupação do uso do solo contrario ao decreto 2.722/84, segundo relatos não foram levado em consideração as consultas populares como solicita o Estatuto das Cidades, ferindo o principio da gestão democrática.

O COLIT analisando o Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado (PDPDI) de Matinhos solicita algumas adequações para aprovação, mas em seu anexo I, após verificar falhas quanto aos aspectos econômicos e sociais do Plano Diretor (PDS) resolve;

- A formulação do PD não corresponde á estruturação básica quanto a um diagnostico do município capaz de dar sustentação econômica e social ás propostas e diretrizes do Plano Diretor. (PD)
- Considera-se que o relatório está confuso e repetitivo no que diz respeito a sua estrutura e desencadeamento lógico do raciocínio, ocorrem no a não distinção entre diagnostico e proposta.
- Constata-se vários equívocos quanto aos indicadores socioeconômico para a elaboração de um diagnostico e a conseqüente distorção que provoca no momento da formulação das propostas e diretrizes.
- A questão físico-territorial não deve sobrepor as demais dimensões do PD visto quês as propostas são elaboradas sobre o todo.
- Segundo o Estatuto das Cidades o PD tem que contemplar o município em todo sua territorialidade (para elaboração do diagnostico, das diretrizes e das propostas).
- Considerando que o PD é um documento de ampla discussão popular deverá ser redigido especialmente em suas propostas e diretrizes de forma objetiva e em linguagem de entendimento claro para os munícipes.
- No conteúdo o Plano Diretor não fica claro a proposta resultante das audiências publica realizada.
- Por se tratar de município balneário, não ficaram entendíveis as propostas e diretrizes com vistas ao desenvolvimento econômico e social (emprego e renda) que tal potencial pode gerar. Plano Diretor de Matinhos, 2006; anexo I pg.6;7)

O Conselho do Litoral, não aprova o Plano Diretor do município de Matinhos por entender que não foi obedecido as normas do Estatuto das cidades e que não teve a participação popular devida como indicado, que não nem todo a sua

territorialidade foi contemplada, e compreende-se que a função social inicial da proposta de melhor qualidade de vida e de desenvolvimento econômico e social não ficou estabelecido.

É necessário expor todos estes aspectos para compreender porque o Plano Diretor do Município de Matinhos não foi aprovado, e quais as conseqüências que isto traz para a população.

Quando é elaborado de acordo o PD com o Estatuto das Cidades e o gera renda e emprego para os moradores do município.

Mas estudos demonstram que não é isto que ocorre em Matinhos, depois que a temporada passa os veranistas vão para seus lugares de origem, e os problemas sociais emergem.

Sem ter muitas vezes como regressar este moradores permanecem no município sem as garantias que lhe assegura a Constituição Federal quando refere-se a garantias das necessidades básicas para quem dela necessitar, entre elas a moradia digna.

Não se efetivando o Plano Diretor como estabelece a lei, para todas as localidades sem distinção as ocupações irregulares no balneário de propagam, gerando problemas sócias graves, pois quando o cidadão não tem como identificar-se com endereço fixo, legalmente seu domicílio, gerando preconceito, pois quando em busca de trabalho precisa ter uma referencia, que em alguns casos geram desconforto e preconceito por parte de empregadores e da própria comunidade que exclui moradores de determinados lugares por ver inapropriados para conviveo com os demais e em determinadas regiões da cidade estigmatizando seus moradores. Nesta questão exposta o bairro do Tabuleiro.

“As ocupações irregulares são uma realidade brasileira. A população de baixa renda se encontra cada vez mais sem assistência e o que resta é invadir áreas para poder sobreviver. Infelizmente essas ocupações se dão especialmente em áreas de fragilidade ambiental: margens de rios, encostas, topos de morro, mangues, dunas. Esse paradoxo, resultante do modelo de exclusão sócio-espacial brasileiro, compromete gravemente os recursos ambientais. No município de Matinhos, os estudos elaborados mostram que as áreas com ocupações irregulares estão distribuídas em várias localidades do perímetro urbano. A Prefeitura Municipal não possui o cadastro dessas ocupações e de seus moradores. Observa-se que muitos deles são temporários, que habitam o município na alta temporada em busca de trabalho. (Plano Diretor do Município de Matinhos 2006)

O próprio município reconhece que as irregularidades existem mas não possuem um cadastro destas ocupações e seus moradores como se este problema fosse “invisível”. Quando fala das necessidades da ocupação da terra e do solo usam o termo “INVADIR” forma pejorativa uma vez que quem da terra precisa a ocupa e não invade. Mostrando que os próprios administradores, eleitos pelo voto popular desconhecem a função social que a terra exerce para a população menos favorecida, e não um direito privado para quem possa pagar o valor que o mercado imobiliário cobra visando lucro e não o social.

A QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE MATINHOS



FIGURA 9 – CONSTRUÇÃO IRREGULAR
FONTE: COLIT (2005).



FIGURA 10 – VISTA CAIOBÁ ATUAL
FONTE: BOCIAN, L.



FIGURA 12 – OCUPAÇÃO IRREGULAR
FONTE: BOCIAN, L.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não apresenta noções ou conceitos novos do que já está posto, e também não traz receitas mágicas para transformação rápida, mas uma reflexão da responsabilidade de cada um, o que fazer para uma construção melhor na qualidade de vida, seja em que território se encontre. As diferenças existentes entre a realidade e o cotidiano vivido.

Indagações estas feitas durante o Curso de Pós graduação que me fez refletir a respeito das diferenças sociais que ainda perduram em pleno século XXI.

Conhecer um pouco da historia deste local tão bonito que abriga as instalações da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, no Município de Matinhos/Caiobá, mas não somente o que tem de mais bonito o mar e sim as dificuldades enfrentadas por seus moradores e as diferenças que existem ainda entre a praia que se sonha e a realidade que se vivência.

Fomentar e contextualizar o debate sobre um tema que não é novo, mas complexo. A força que o poder econômico exerce sobre a população, o descaso das autoridades que muitas das vezes tomam decisões sem levar em consideração as pessoas que diretamente sofrem as conseqüências de ações menos adequadas.

Durante este período de curso pude compreender porque existe uma preocupação desta Universidade em desenvolver projetos que viabilizem a qualidade de vida dos moradores do litoral, que sejam de inclusão e não de exclusão social.

O balneário dos cartões postais que oferece lazer, férias diversão e o real vivenciado por seus moradores como dizem “fixo” que enfrentam no seu dia a dia outra realidade dos turistas que permanecem 3 ou 4 meses por ano.

As diferenças existentes entre as construções edificações e elaboração das cidades, representa muito mais que a questão física de seus espaços, expõe as fragilidades em que a maioria da população vive.

Não me refiro a grandes cidades como São Paulo Rio ou Curitiba, mas sim ao município de Matinhos e as diferenças existentes entre a orla marítima com suas calçadas, ruas prédios que representa um “sonho” de paz e tranquilidade, e não muito distante a realidade da população habitando em moradias irregulares, sem infra estrutura com riscos ambientais, gerando constrangimentos a algumas pessoas que

sentem excluídas por não fazer parte do balneário dos sonhos e sim de uma realidade que necessita ser revista por seus governantes.

Agradeço a Deus e aos meus professores e colegas, em especial a Professora Helena, nossa primeira Coordenadora e minha orientadora, e mais tarde na Pessoa do Professor Almir Carlos Andrade, ao João Rafael por seu carinho dedicação e profissionalismo, ao Professor Valdo, que me oportunizou este aprendizado tão fino, onde pude conviver com colegas das mais variadas profissões, mas com o mesmo objetivo de aprender e compreender o que diz esta tão polêmica “Questão Social” A responsabilidade de cada profissional tem com os usuários das políticas públicas.

A oportunidade de vivenciar momentos fino de aprendizado quando em uma sala com mais de 60 alunos de diversas profissões e compreensões diferentes, mas com o mesmo objetivo aprender as múltiplas expressões da Questão Social na Interdisciplinaridade, sementes plantadas para um mundo melhor.

REFERENCIAS:

Plano Diretor de Matinhos. Disponível em:

http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Analises_Planos_Diretores/matinhos_30_11_2006.pdf Acesso em 15/12/2013.

Plano Diretor de Matinhos. Disponível em:

<http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/consulta.php> Acesso em 26/08/2013

Prevenção e mediação de conflitos *fundiários* urbanos Disponível em:

www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/apres2409daniel.pdf Acesso em 20/12/2013

As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação. Disponível em:

[www.ipardes.pr.gov.br › Capa › n. 99 \(2000\) › Angulo](http://www.ipardes.pr.gov.br/Capa/n.99(2000)/Angulo) Acesso em 10/01/2014

Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro - *Ipardes* Disponível em:

www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/.../19 Acesso em 20/12/2013

O Estatuto da Cidade Comentado - Ministério das Cidades Disponível em:

www.cidades.gov.br/images/stories/.../EstatutoComentado_Portugues.pdf Acesso em 20/12/2013

Vulnerabilidade Socioambiental na Area de Ocupação Contínua do Disponível em:

www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT4-744-444.pdf Acesso em 20/12/2013

Plano Diretor *de Desenvolvimento Integrado de Matinhos ... - COLIT* Disponível em:

www.colit.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10 Acesso em 20/12/2013

DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PLANO DIRETOR DE MATINHOS Disponível

em: www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/doc_%20integrantes.pdf Acesso em 20/12/2013

Vulnerabilidade Socioambiental na Area de Ocupação Contínua do Litoral

Paranaense – Brasil Claudio Jesus de Oliveira Esteves(IPARDES) Geógrafo, Doutor em Geografia, pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social cesteves@ipardes.pr.gov.br Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br Acesso em 20/12/2013